

DANIEL CASTRO GOMES DA COSTA  
REYNALDO SOARES DA FONSECA  
SÉRGIO SILVEIRA BANHOS  
TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO  
*Coordenadores*

*Prefácio*  
Rosa Weber

# DEMOCRACIA, JUSTIÇA E CIDADANIA

## Desafios e Perspectivas

*Homenagem ao Ministro Luís Roberto Barroso*

**TOMO 1**

---

**DIREITO ELEITORAL, POLÍTICA E DEMOCRACIA**

---

Belo Horizonte  
**FORUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO  
2020

## SUMÁRIO – Tomo I

### PREFÁCIO

Rosa Weber.....	13
-----------------	----

### CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE ACERCA DA REFORMA DO SISTEMA ELEITOR BRASILEIRO – O SISTEMA DISTRITAL MISTO COMO ALTERNATIVA A SER TESTADA..... 15

#### LUÍS ROBERTO BARROSO ..... 15

Introdução.....	15
Parte I – Exposição geral da proposta.....	15
1 Objetivos da reforma política.....	16
2 O sistema eleitoral em vigor.....	16
3 O sistema distrital misto como alternativa.....	17
4 O sistema distrital misto no modelo alemão e sua adaptação ao Brasil.....	19
Parte II – Detalhamento da proposta.....	19
Nota prévia: propostas em discussão no Congresso Nacional.....	19
1 O sistema eleitoral adotado.....	20
2 As eleições majoritárias nos distritos.....	21
3 As eleições proporcionais em lista fechada.....	24
4 Cláusula de vigência.....	26
5 Processo legislativo.....	26
Referências.....	26

### PARTIDOS POLÍTICOS E COMPLIANCE..... 29

#### DANIEL CASTRO GOMES DA COSTA..... 29

1 Introdução.....	29
2 Análise do sistema político-eleitoral brasileiro: partidos políticos e candidaturas.....	30
2.1 O novo financiamento Eleitoral Brasileiro. Contratação de parentes e empresas de parentes com recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha.....	31
2.2 O “caixa” dois de campanha.....	33
2.3 Políticas paritárias em relação a mulheres e minorias.....	35
2.3.1 Fraude à cota de gênero (“candidaturas laranjas”).....	35
2.3.2 Não aplicação do percentual mínimo do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para mulheres.....	36
2.4 O fenômeno das redes sociais x fake news.....	37
2.5 Proteção de dados (Lei nº 13.709/18).....	40
2.6 Transparência nos Partidos Políticos.....	42
2.7 Ausência de democracia intrapartidária.....	43
3 O compliance partidário é a solução?.....	46
4 Conclusão.....	54
Referências.....	56

### O PAPEL DA DEMOCRACIA INTRAPARTIDÁRIA EM MOMENTO DE CRISE NA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA..... 61

#### SÉRGIO SILVEIRA BANHOS ..... 61

1 Notas de introdução.....	61
2 Há uma crise na democracia representativa?.....	62
3 Partidos políticos e autonomia partidária.....	66
4 Em busca de uma democracia intrapartidária.....	68
5 Conclusão.....	73
Referências.....	73

### O FUTURO DO CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO E A CONTRIBUIÇÃO DE LUÍS ROBERTO BARROSO..... 77

#### REYNALDO SOARES DA FONSECA, RAFAEL CAMPOS SOARES DA FONSECA ..... 77

1 A propósito de uma homenagem.....	77
2 Linhas gerais sobre a emergência do neoconstitucionalismo no Brasil.....	79

3	Pluralidade conceitual do neoconstitucionalismo.....	80
4	Notas comuns às propostas de neoconstitucionalismos.....	81
5	Os sentidos do neoconstitucionalismo.....	83
5.1	Modelo de organização política.....	83
5.2	Ideologia.....	86
5.3	Metodologia.....	86
5.4	Teoria do direito.....	87
5.5	Paradigma científico.....	88
6	Reflexos do neoconstitucionalismo nas instituições democráticas.....	89
6.1	Judiciário e direitos fundamentais.....	90
6.2	Princípios e racionalidade.....	92
7	Considerações finais.....	94
	Referências.....	95

## RECESSÃO DEMOCRÁTICA, POPULISMO E UM PAPEL POSSÍVEL PARA AS CORTES CONSTITUCIONAIS..... 99

### LUNA VAN BRUSSEL BARROSO ..... 99

1	Introdução.....	99
2	A democracia levada ao limite.....	101
3	O populismo do século XXI.....	104
4	Um papel possível para as cortes constitucionais.....	109
5	Conclusão.....	113
	Referências.....	114

## O EQUILÍBRIO ENTRE CONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA: A POSIÇÃO DO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO NA DISCUSSÃO ACERCA DO FINANCIAMENTO EMPRESARIAL DE CAMPANHAS ELEITORAIS. 117

### CARLOS MÁRIO VELLOSO FILHO, JOÃO CARLOS BANHOS VELLOSO ..... 117

	Nota Prévia.....	117
	Introdução.....	118
1	Entre o minimalismo e o maximalismo: parâmetros de autocontenção judicial e deferência à decisão política.....	119
1.1	O desafio da jurisdição constitucional no Estado Democrático de Direito.....	119
1.2	Parâmetros de deferência e autocontenção judicial no controle de constitucionalidade.....	121
1.2.1	Controle de constitucionalidade em matéria de direitos fundamentais e de proteção às regras do jogo democrático.....	121
1.2.2	Deferência às capacidades institucionais.....	122
1.3	Favorecimento de modelos decisórios dialógicos.....	123
2	A Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.650.....	126
3	A posição do Ministro Luís Roberto Barroso.....	127
	Conclusão.....	129
	Referências.....	129

## SOBRE A TIPOLOGIA DAS FORMAS POLÍTICAS..... 131

### JORGE MIRANDA..... 131

	Introdução geral.....	131
I	Formas de governo e regimes políticos.....	133
1	As tipologias em geral.....	133
2	As grandes classificações doutrinárias.....	135
3	As formas de governo modernas.....	138
4	Os tipos de governos com interferência militar.....	141
5	A legitimidade política.....	142
II	O regime político liberal e a democracia representativa.....	143
6	A liberdade política e o pluralismo.....	143
7	Regimes liberais, <i>autoritários</i> e <i>totalitários</i> .....	143
III	Sistemas de governo.....	147
8	Sistemas de governo em geral.....	147
9	Sistemas com concentração.....	148
10	Sistemas de governo com desconcentração de competências.....	149
	Nota final.....	151
	Referências.....	151

## REFORMA POLÍTICA: REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO..... 153

### JOEL ILAN PACIORNIK, SANDRO NUNES VIEIRA..... 153

1	Introdução.....	153
2	Sistema de representação proporcional.....	154
2.1	Origem do sistema de representação proporcional.....	154
2.2	Representação proporcional no Brasil.....	156
2.3	Problemas relacionados à representação proporcional.....	157
3	Alternativas ao sistema de representação proporcional: distrital puro e distrital misto.....	160

3.1	Sistema distrital puro.....	161
3.2	Sistema distrital misto .....	162
3.3	Vantagens do sistema distrital misto.....	163
4	Considerações finais .....	164
	Referências.....	167

**CRISE DO PRESIDENCIALISMO, IMPEACHMENT E DEMOCRACIA..... 169**

**ALINE REZENDE PERES OSORIO, ADEMAR BORGES DE SOUZA FILHO..... 169**

	Introdução .....	169
1	Estabilidade democrática <i>versus</i> Colapsos presidenciais na América Latina.....	170
2	O debate presidencialismo <i>versus</i> parlamentarismo .....	175
2.1	Superioridade do sistema parlamentarista.....	175
2.2	Instabilidade de governos presidencialistas depende de outras variáveis.....	177
2.3	O presidencialismo não é necessariamente mais instável que o parlamentarismo.....	178
3	Parlamentarização do presidencialismo na América Latina.....	179
3.1	Introdução de mecanismos parlamentaristas em sistemas presidencialistas – a atenuação do presidencialismo.....	179
3.2	Interrupções de mandatos presidenciais .....	182
4	“Parlamentarização” do presidencialismo na América Latina: evidências dos recentes processos de <i>impeachment</i> no Brasil, Paraguai e Peru.....	185
4.1	Equador: Lucio Gutiérrez, 2005.....	187
4.2	Paraguai: Fernando Lugo, 2012.....	188
4.3	Brasil: Dilma Rousseff, 2016.....	188
5	Conclusão .....	189
	Referências.....	191

**LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS REDES SOCIAIS: O CASO DAS FAKE NEWS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS DE 2018..... 195**

**CARLOS BASTIDE HORBACH..... 195**

	Introdução .....	195
	<i>Fake news</i> : fatores de potencialização .....	196
	Caracterizando as <i>fake news</i> .....	200
	Direito e <i>fake news</i> : experiências estrangeiras.....	201
	<i>Fake news</i> e direito eleitoral brasileiro .....	206
	Considerações finais .....	209
	Referências.....	209

**REFORMA POLÍTICA E O PARLAMENTARISMO..... 211**

**IVES GANDRA DA SILVA MARTINS..... 211**

	Conclusão .....	224
	Referências.....	225

**INDIVISIBILIDADE DA CHAPA NAS ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS..... 227**

**LUIZ EDSON FACHIN, FRANCISCO GONÇALVES SIMÕES..... 227**

1	Introdução .....	227
2	O valor da indivisibilidade das chapas como elemento do Estado de Direito Democrático.....	227
3	O tratamento normativo do tema .....	231
3.1	Nas Constituições Federais.....	231
3.2	Na legislação infraconstitucional vigente.....	233
4	Do reconhecimento da possibilidade de cindir chapas pela Justiça Eleitoral .....	235
4.1	Da efetividade do prazo para a substituição de candidatos.....	240
4.2	Das hipóteses legais de substituição.....	241
4.2.1	Candidato cujo registro de candidatura foi indeferido.....	242
4.2.2	Candidato considerado inelegível .....	243
4.2.3	Candidato cujo registro de candidatura foi cancelado .....	244
4.2.4	Renúncia .....	245
4.2.5	Morte .....	247
5	Conclusões.....	248
	Referências.....	249

**LOS DERECHOS POLÍTICOS ELECTORALES DE LAS MUJERES EN LA REPÚBLICA ARGENTINA. EL CAMINO HACIA LA PARIDAD DE GÉNERO..... 251**

**ELENA ISABEL GÓMEZ ..... 251**

1	Consideraciones generales.....	251
2	La desigualdad de género en Argentina .....	254
2.1	Antecedentes.....	254

2.2	La “ley de cupo femenino” .....	256
2.3	La participación política de las mujeres en la reforma constitucional de 1994 .....	257
2.4	Lineamientos jurisprudenciales antes de la sanción de la ley de paridad .....	260
3	La paridad de género en la integración de las listas para cargos públicos electivos .....	262
3.1	La Ley de Paridad de Género .....	262
3.2	Jurisprudencia .....	264
4	Reflexiones finales .....	266
	Referencias .....	267

REPENSANDO OS PARTIDOS POLÍTICOS .....	269
----------------------------------------	-----

<b>HENRIQUE NEVES DA SILVA .....</b>	<b>269</b>
--------------------------------------	------------

Introdução .....	269
Histórico dos partidos políticos .....	271
A crise de representatividade dos partidos políticos .....	276
Natureza dos partidos políticos .....	281
Transparência partidária .....	282
Estruturas burocráticas .....	283
Conclusão .....	288
Referências .....	289

VARIAÇÕES SOBRE UM TEMA DE TODOS: DEMOCRACIA .....	291
----------------------------------------------------	-----

<b>ODETE MEDAUAR .....</b>	<b>291</b>
----------------------------	------------

1	Prólogo .....	291
2	Democracia e seu fascínio .....	291
3	Caracterizações da democracia no tocante a tipo de Estado e tipo de governo .....	292
4	Democracia em crise? Fim da democracia? .....	293
5	“Anticorpos” da democracia .....	295
6	Democracia como valor, democracia como direito .....	296
7	Democracia administrativa .....	297
8	Democracia fora do âmbito público-estatal .....	298
8.1	Democracia no setor privado .....	298
8.2	Democracia na esfera global .....	298
9	Conclusão .....	299
	Referências .....	299

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 97/2017: REFLEXÕES SOBRE A CLÁUSULA DE DESEMPENHO E O FIM DAS COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS .....	301
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

<b>PEDRO PAES DE ANDRADE BANHOS .....</b>	<b>301</b>
-------------------------------------------	------------

1	Notas introdutórias: reforma política, multipartidarismo e coligações partidárias no Brasil .....	301
2	Da inconstitucionalidade da cláusula de barreira da Lei dos Partidos Políticos à cláusula de desempenho da Emenda Constitucional nº 97/2017 .....	304
3	Análise dos efeitos da Emenda Constitucional nº 97/2017 .....	306
4	Notas conclusivas .....	310
	Referências .....	311

SEMIPRESIDENCIALISMO: INSTRUMENTO DE SUPERAÇÃO DAS CRISES INSTITUCIONAIS DECORRENTES DO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO? .....	313
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

<b>TIAGO PAES DE ANDRADE BANHOS .....</b>	<b>313</b>
-------------------------------------------	------------

1	Relação intrínseca entre as teorias da separação dos poderes e os sistemas de governo .....	313
2	Diagnóstico do presidencialismo no Brasil: exame do presidencialismo de coalizão e das crises institucionais vivenciadas no arranjo institucional brasileiro .....	317
3	Implementação do semipresidencialismo como instrumento de superação das crises institucionais decorrentes do presidencialismo de coalizão .....	322
4	Notas finais .....	326
	Referências .....	326

MAQUINAÇÃO ELITISTA OU DEFENSORA DA LISURA DAS ELEIÇÕES? A JUSTIÇA ELEITORAL NA BERLINDA .....	329
------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

<b>LUIZ CARLOS DOS SANTOS GONÇALVES .....</b>	<b>329</b>
-----------------------------------------------	------------

I .....	329
II .....	333
III .....	333
IV .....	334
V .....	335
VI .....	335

VII	.....	337
VIII	.....	338
IX	.....	340
Referências	.....	341
FINANCIAMENTO PARTIDÁRIO E CAMPANHA ELEITORAL NO BRASIL – PONTOS CRÍTICOS DESTA COLCHA DE RETALHOS .....		343
<b>MARCELO WEICK POGLIESE</b> .....		<b>343</b>
Conclusão	.....	361
Referências	.....	361
ESTADO DA ARTE DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA DEMOCRACIA BRASILEIRA: RESTROSPECTO E PROGNOSE.....		363
<b>ALEXANDRE LIMA RASLAN, ANTÔNIO BARBOSA DE SOUZA NETO</b> .....		<b>363</b>
Introdução	.....	363
1	Participação popular expressa em lei.....	364
2	Características atuais dos Conselhos Gestores .....	366
3	Participação popular por Audiências e Consultas Públicas.....	368
4	Novos rumos da participação popular .....	374
Conclusão	.....	375
Referências	.....	376
BREVES REFLEXÕES SOBRE MUDANÇAS LEGISLATIVAS QUE VALORIZARAM A SOBERANA VONTADE DA MAIORIA .....		379
<b>EDUARDO DAMIAN</b> .....		<b>379</b>
A TRANSFORMAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DOS INTERMEDIÁRIOS DA INTERNET .....		387
<b>RICARDO RESENDE CAMPOS</b> .....		<b>387</b>
1	Introdução .....	387
2	O surgimento de uma nova responsabilidade jurídica.....	388
3	A crise de responsabilidade dos intermediários.....	390
4	Em busca de um modelo adequado para os intermediários .....	391
5	Conclusão .....	393
Referências	.....	393
AS REFORMAS NO ÂMBITO DA PROPAGANDA ELEITORAL E A ASCENSÃO DAS REDES SOCIAIS.....		395
<b>LUIZA VEIGA</b> .....		<b>395</b>
1	Considerações Iniciais .....	395
2	Evolução jurisprudencial da propaganda eleitoral extemporânea no Tribunal Superior Eleitoral.....	396
3	Breves considerações sobre a importância da liberdade de expressão no processo eleitoral.....	400
4	A ascensão da internet no processo político .....	403
5	Considerações finais .....	409
Referências	.....	411
SISTEMA PARTIDÁRIO E CANDIDATURAS INDEPENDENTES: LIMITAÇÃO DE DIREITO FUNDAMENTAL OU ESCOLHA LEGÍTIMA DE UM SISTEMA ELEITORAL? .....		413
<b>MARILDA DE PAULA SILVEIRA</b> .....		<b>413</b>
Candidaturas avulsas: a abertura de relevante debate sobre um ponto de conflito .....	413	
Convenção Americana de Direitos Humanos: o dilema da escolha por um sistema eleitoral válido e a Corte Interamericana de Direitos Humanos .....	415	
Conclusão .....	419	
Referências.....	419	
SISTEMAS ELEITORAIS: UMA IDEIA DO SISTEMA DISTRITAL MISTO E AS PREOCUPAÇÕES COM SUA IMPLANTAÇÃO TAL COMO PROPOSTO.....		421
<b>JAMILE DUARTE COELHO VIEIRA</b> .....		<b>421</b>
Referências.....	431	
DESAFIOS POLÍTICOS E SOCIAIS AO CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO NO BRASIL .....		433
<b>FLÁVIO PANSIERI, RENE ERICK SAMPAR</b> .....		<b>433</b>
Introdução .....	433	

1	Bases do constitucionalismo ocidental e a influência das revoluções liberais na formação do constitucionalismo moderno.....	434
2	O apogeu democrático ao longo do século XX.....	437
3	Brasil: uma república que prescindiu do povo?.....	440
4	Constitucionalismo democrático: o caminho para o desenvolvimento nacional.....	443
	Considerações finais.....	448
	Referências.....	449

	A INELEGIBILIDADE PELA CONDENAÇÃO EM ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: ANÁLISE DO ART. 1º, INC. I, ALÍNEA “L”, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 64/1990.....	451
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

**BRUNO DUAILIBE..... 451**

1	Introdução.....	451
2	Da improbidade administrativa e a Constituição.....	452
3	Lei nº 8.429/92: espécies de atos de improbidade administrativa e suas sanções.....	454
3.1	Atos que importam em enriquecimento ilícito (art. 9º).....	457
3.2	Atos que causam prejuízo ao erário (art. 10).....	458
4	Inelegibilidade por ato doloso de improbidade administrativa.....	460
4.1	Requisitos.....	460
4.1.1	Em <i>decisão transitada em julgado</i> ou proferida por órgão judicial colegiado.....	460
4.1.2	Os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos.....	463
4.1.3	Que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito.....	463
4.1.4	Prática de ato doloso de improbidade administrativa.....	468
4.1.5	Desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o <i>cumprimento da pena</i> ....	469
5	Considerações finais.....	474
	Referências.....	475

	SOBRE OS COORDENADORES.....	477
--	-----------------------------	-----

	SOBRE OS AUTORES.....	479
--	-----------------------	-----